



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ**

---

**PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA nº. 12 / 2025**

Autor: Mesa Diretora

“Altera a redação do *caput* do art. 9º, acrescenta o art.11-A e incisos I, II, e III, altera a redação do *caput* do art. 91 e inclui os incisos I, II e III, todos da Resolução Legislativa n. 07/2023 (Regulamenta a aplicação da Lei federal n. 14.133/2021 no âmbito da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, e dá outras providências).

Faço saber que a Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, na ..... Sessão ..... realizada no dia ..... de ..... de ....., aprovou e eu, Geferson dos Santos, Vereador Presidente, PROMULGO a seguinte Resolução Legislativa:

**Art. 1º.** Altera a redação do *caput* do art. 9º, da Resolução Legislativa n. 07/2023, o qual passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 9º. A Câmara Municipal elaborará, anualmente, Plano de Contratação Anual - PCA, em formato compatível com seu porte e complexidade, consolidando as demandas de bens, serviços e obras indicadas pelas unidades administrativas, em atendimento ao art. 12, inciso VII, da Lei Federal n. 14.133/21.”**

**Art. 2º.** Acrescenta o art. 11-A, e inclui os incisos I, II e III, todos da Resolução Legislativa n. 07/2023, os quais passam a ter as seguintes redações:

**“Art. 11-A. Nas contratações padronizadas, rotineiras e sem inovação relevante de solução ou de tecnologia, a autoridade competente poderá, de forma motivada, autorizar a dispensa da elaboração de novo Estudo Técnico Preliminar – ETP e de novo Mapa de Risco - MR, desde que:**

**I – exista ETP e MR aprovados em processo anterior equivalente;**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ**

---

**II – seja demonstrado, em nota técnica sucinta, que as premissas fáticas, os riscos e as condições de execução permanecem substancialmente inalterados;**

**III – seja realizada apenas a atualização de quantitativos e da estimativa de preços, com remissão expressa ao processo originário.”**

**Art. 3º.** Altera a redação do *caput* do art. 91, e inclui os incisos I, II e III, todos da Resolução Legislativa n. 07/2023, os quais passam a ter as seguintes redações:

**“Art. 91. As licitações e contratações diretas da Câmara Municipal serão, preferencialmente, realizadas por meio eletrônico, admitindo-se, dentre outros:**

**I – o sistema oficial de compras disponibilizado pelo Governo Federal, atualmente denominado Compras.gov.br, ou outro que vier a substituí-lo;**

**II – plataformas eletrônicas de sistemas privados de licitações e contratações, habilitados nos termos da legislação, disponibilizados à Câmara Municipal, tais como o LICITANET;**

**III – os módulos específicos da plataforma Contrata + Brasil, nos termos da legislação federal aplicável.”**

**Art. 4º.** Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, aos 10 de dezembro de 2025.

**Geferson dos Santos**  
***Presidente CMSFG/RO***

**Ozias Alves dos Santos**  
***1º Secretário CMSFG/RO***